

ID: 116639340

13-04-2025 | P2

# Mário Nogueira

## O mais antigo líder da Fenprof já não regressa à escola

**Perfil** Controverso. Duro. Preparado. Os ministros sucediam-se, ele perdurava. O histórico da Fenprof sai de cena ao fim de 18 anos. Ao P2 recorda as maiores guerras. Quem com ele negociou, também

Por **Andreia Sanches** texto e **Rui Gaudêncio** fotografia

**A**o fim de uma carreira sindical de mais de 40 anos, dos quais os últimos 18 como secretário-geral da poderosa Federação Nacional de Professores (Fenprof), não o vamos ver regressar à escola. Mário Nogueira vai aposentar-se. “Tenho 67 anos. E 46 ou 47 anos de descontos. Precisamos é de gente mais nova na profissão.” Então e aquele incentivo criado pelo último Governo para que os professores mais velhos adiem a reforma, permaneçam na escola e ajudem a combater a falta de professores? “Os 750 euros por mês?” – ri-se. “Não, não faria sentido.”

Tem planos: “Vou escrever.” Está a terminar um livro. E terá, provavelmente, a partir de agora, mais tempo para os dois netos, de seis e dez anos – na última quinta-feira, depois desta entrevista, ia ter com eles, já estava atrasado. E para os jogos do Sporting – o pai era sócio e, confirma-se, estas coisas são muitas vezes hereditárias.

Mário Nogueira sindicalizou-se seis meses antes de começar a dar aulas, “se não foi no dia em que acabei o curso foi no dia seguinte”. Estreou-se como professor do 1.º ciclo em Coimbra, em Janeiro de 1979, logo depois da tropa em Santarém. Nos dez anos

seguintes esteve quase sempre em Soure. “Dei 12 anos de aulas.” Em 1989/90, dedicou-se a tempo inteiro ao sindicalismo. Chegou ao topo da carreira a tempo de não ser apanhado pelos congelamentos da *troika*.

Estar há tanto tempo fora das salas de aula foi uma das críticas frequentes que lhe foram sendo feitas: como se pode representar os professores e estar a par dos desafios que a educação enfrenta sem pôr o pé numa escola durante décadas?

Nogueira conhece o argumento. E contra-argumenta: não esteve à frente de turmas de crianças, a ensinar Português e Matemática, mas fez sempre milhares de quilómetros para estar nas escolas, com os professores. “Ainda há duas semanas, em três dias, fiz 1200 quilómetros, fui a Braga, a Lisboa, a Faro...”

Diz que é mesmo no contacto com os professores, escola a escola, em reuniões, em plenários, “a ouvir os problemas de pessoas”, que não se corre o risco – “porque é um risco” – de alguém com uma tão longa carreira de dirigente sindical se fechar.

A Fenprof nasceu em Abril de 1983. Em 42 anos teve apenas três secretários-gerais – António Teodoro (11 anos), Paulo Sucena (12) e Nogueira (18).

Três homens (“não calhou serem

mulheres, mas a presidente do Conselho Nacional, que é o órgão máximo entre congressos, é uma mulher”), todos militantes do PCP. Que negociaram com 25 ministros da Educação e/ou do Ensino Superior. Só enquanto foi secretário-geral Mário Nogueira viu passarem pelo ministério sete: Maria de Lurdes Rodrigues, Isabel Alçada, Nuno Crato, Margarida Mano, Tiago Brandão Rodrigues, João Costa, Fernando Alexandre.

A sucessão de ministros contrasta com as lideranças que se eternizam no tempo de uma estrutura que é mais conhecida pelo combate do que pelos acordos – Nogueira não se revê nesta discricção.

Começou a dizer-se que os ministros passam, os dirigentes da Fenprof ficam. E que isso lhes dá um poder imenso para contestar qualquer medida que ponha em causa o *status quo*. O histórico sindicalista concede que é uma vantagem acumular décadas nestas andanças, mas relativiza. “Os ministros mudam muito, mas os assessores técnicos não. Permanecem. E têm uma grande influência na política; os ministros apanham esses assessores todos, que os envenenam, que dizem ‘isto pode ser, isto é melhor assim’, e os ministros acabam todos a fazer o mesmo.”

O terceiro secretário-geral da federação





“

*Na hora de assinar, não podemos dizer que estamos de acordo se há aspectos que lesam professores e que não são positivos. Se eu estivesse a representar-me a mim, dizia, 'olha, isto aqui a mim serve-me, faço o acordo'. Mas nós estamos ali a representar os professores todos*  
Mário Nogueira

que representa “quase 50 mil professores” está à beira de ser substituído. Na quinta-feira, ficou a saber-se quem são os candidatos a sucessor: os seus dois adjuntos, José Feliciano Costa e Francisco Gonçalves.

É uma figura controversa, mas mesmo os que não gostam do estilo reconhecem-lhe um profundo conhecimento de todas as propostas e todos os regulamentos que leva para cima da mesa em qualquer reunião.

Num sector dominado por um emaranhado de diplomas de elevada complexidade técnica – as normas do concurso de professores são o suficiente para intimidar qualquer recém-chegado – isso é um trunfo.

#### **A Fenprof “nunca fez parte da solução”**

Há quem defenda que a Fenprof tem contribuído para que não se encontrem melhores soluções para os problemas da educação – “Nunca fez parte da solução”, acusou recentemente o actual ministro da Educação Fernando Alexandre. E há quem contraponha que o que se espera dos sindicalistas é que lutem pelos direitos laborais dos professores.

Falámos com Mário Nogueira durante duas horas na sede da Fenprof, em Lisboa, depois

do sindicalista ter dado uma conferência de imprensa onde anunciou que a estrutura deverá passar a ter uma liderança partilhada (“Vi que lhe chamam liderança bicéfala, mas não é. Bicéfalo é um corpo com duas cabeças e aqui são duas cabeças a pensar”).

Falámos também com ex-governantes que lidaram com ele. A história das lutas da “maior, de longe, federação de professores do país”, como faz questão de sublinhar Nogueira, ajudam a contar também a história recente da educação e das mudanças no sindicalismo, como nos explicará um investigador que estuda estes movimentos. Mas já lá vamos.

Tiago Brandão Rodrigues, ex-ministro da Educação do Governo da “geringonça” de António Costa, vai “poupá-lo a qualquer elogio ou não-elogio” na hora da despedida. Mas acrescenta: “Todos os momentos de glória de Mário Nogueira não foram momentos de bonança para a escola pública, porque foram momentos de conflitualidade e a escola pública não beneficia da conflitualidade, beneficia com a paz.”

Passados 18 anos, continua, “a Fenprof e o sindicalismo são mais do que Mário Nogueira.” Haja “esperança no futuro.”

Alexandra Leitão, secretária de Estado Adjunta e da Educação entre 2015 e 2019, faz parte das pessoas que dizem que Nogueira “não é um negociador fácil”, é “muito forte, muito assertivo, muito veemente”. Contudo, “o que dizia à mesa das negociações de forma frontal, dizia também quando chegava cá fora e falava publicamente”.

“Tivemos sempre uma relação respeitadora”, afirma a agora candidata pelo PS à Câmara de Lisboa. Mário Nogueira “é duro e até... um bocadinho teimoso”, mas, sublinha Leitão, “houve sempre lealdade nas negociações” e busca de “soluções” para os problemas.

É célebre uma maratona negocial até às cinco ou seis da manhã de um sábado de Novembro de 2017. Nogueira passou horas a fio a insistir que tinha de se substituir um “de” por um “o” no rascunho do texto que deveria ser a base negocial para mitigar o impacto do tempo de serviço congelado antes e durante a *troika*. “Porque uma coisa era falar da recuperação DE tempo de serviço ou O tempo de serviço”, diz Nogueira. E a luta da Fenprof era a recuperação de todo o tempo perdido: “Nove anos, quatro meses e dois dias.”

Os professores levariam vários anos a alcançar esse objectivo, mas naquele dia, após muitas pausas (Alexandra Leitão e a sua colega de Governo Fátima Fonseca, secretária de Estado do Emprego Público “saíram para telefonar a alguém, se calhar a António Costa, que estava no estrangeiro”, conta Nogueira) houve mesmo um acordo. Coisa rara.

Perguntamos a Nogueira quantos acordos assinou. Dá um ou outro exemplo. Mas nem o desfecho daquela que foi a imagem de marca das lutas recentes no sector na educação, a recuperação integral do tempo de serviço dos professores, já com o governo de Luís Montenegro, teve assinatura da Fenprof. “Não significa que nós não consideremos que há aspectos positivos [no acordo assinado com outros sindicatos]. Mas não podemos dizer que estamos de acordo se há alguns aspectos que lesam professores. Se eu estivesse a representar-me a mim, dizia, ‘olha, isto aqui a mim serve-me, faço o acordo’. Mas nós estamos ali a representar os professores todos.” →

ID: 116639340

13-04-2025 | P2

Isabel Alçada (ministra da Educação entre 2009 e 2011) não se afasta muito da apreciação de Alexandra Leitão: diz que os dirigentes sindicais estão “mandatados para defender os interesses dos professores” e ninguém deve achar estranho “se insistem”. Também com ela, feitas as contas, houve “um clima de diálogo” e “respeito”.

Há um episódio com a actual conselheira de Marcelo Rebelo de Sousa para os assuntos da educação que se recorda com agrado. Estávamos em 2010, Isabel Alçada sucedera a Maria de Lurdes Rodrigues no cargo de ministra da Educação. Em causa, estava o modelo de avaliação de professores que a ministra do primeiro Governo de José Sócrates havia proposto.

Colara-se aos professores a ideia de que não queriam ser avaliados – aliás, se houve momento em que a linguagem usada pela Fenprof extravasou largamente a apreciação política foi com Maria de Lurdes Rodrigues. “Portugal não suporta mais o seu olhar de medusa”, liam-se coisas como estas nos comunicados da federação afecta à CGTP. [Mário Nogueira descarta responsabilidades, pelo menos por essa frase: “Essas frases mais intelectuais eram do meu camarada”, diz, referindo-se a Paulo Sucena, seu antecessor; Nogueira só chegou à liderança da Fenprof em 2007, a meio da guerra contra as políticas de Maria de Lurdes Rodrigues].

Voltemos a 2010: o segundo Governo de José Sócrates acreditava que era preciso acabar com o clima de crispação que se vivera nos últimos anos, quando se viram nas ruas as maiores manifestações de docentes até então. E num dia de Janeiro, Alçada distribuiu todos, “uns 12 ou 14 sindicatos”, por diferentes salas e pisos do edifício do Ministério da Educação, e passou horas a subir e descer, a negociar em cada sala, com cada um. “Numa negociação, haver confiança é essencial e eu tinha essa confiança nos sindicatos”, recorda a ex-ministra.

Ao fim de 14 horas para cima e para baixo, houve acordo. A avaliação docente foi simplificada e a polémica divisão dos professores entre titulares e não titulares caiu, para nunca mais voltar.

### O período mais conflituoso

Mário Nogueira diz que o mandato de Lurdes Rodrigues foi especial. “Nem sequer a tenho como uma pessoa que estivesse fora das questões de educação. E acho que ela é uma defensora da escola pública. ‘É pena é ter professores!’ Com ela, e depois dela, alterou-se o regime de gestão das escolas, o Estatuto da Carreira Docente, os horários de trabalho...”

Além disso, o Governo não falava bem dos professores: “Sentiam-se insultados. Aquela coisa de ter os alunos a avaliar professores, aquilo lá cabia na cabeça de alguém?”.

A dimensão da indignação até a ele surpreendeu. “Isto, às vezes, são coisas que nós nem controlamos, há assim um clique. Era a indignação dos professores, a avaliação, a divisão da carreira... uns dias antes do protesto de 8 de Março [de 2008] a polícia foi às escolas, tentar saber quem eram as pessoas que iam para a manifestação. E isso criou mais revolta.” Outro clique.

Em Novembro de 2008, novo protesto, maior ainda, 120 mil na rua (hoje trabalham nas escolas públicas e privadas do país 150 mil). “Achava que nunca mais ia haver outra



### Pelo professores

No topo, discurso durante uma manifestação de professores na Praça da Liberdade, no Porto, a 14 de Abril de 2008. Em cima, exemplares do *Jornal da Fenprof*, na sede deste sindicato em Lisboa; ao lado, 9.º Congresso Nacional dos Professores, em Abril de 2007, em Lisboa, no qual Mário Nogueira foi eleito secretário-geral da Fenprof, cargo que ocupou durante 18 anos, após sucessivos actos eleitorais

manifestação maior. Mas depois, a 11 de Fevereiro de 2023, foi a tal dos 150 mil, por causa do tempo de serviço, a maior de sempre.” Era ministro João Costa.

### O 25 de Abril aos 16 anos

Mário Nogueira nasceu em Tomar. A mãe era operária fabril, o pai representava uma marca de confeitaria na região e pertencia ao MDP/CDE (saía à noite às escondidas para colocar panfletos de propaganda debaixo das portas, como contou Nogueira em 2016 numa entrevista ao Observador).



Ainda durante o Estado Novo, foi escuteiro (diz que isso o ajudou a aprender a trabalhar em equipa e a coordenar pessoas), o que foi uma forma de contornar a obrigatoriedade de ir para a Mocidade Portuguesa.

Um reitor do Liceu de Tomar, “um tipo muito aberto”, marcou-o. “Nós metíamos *Os Vampiros*, do Zeca Afonso, e ele, em vez de proibir, ia fechar a porta: ‘Se a polícia aparece sou eu que tenho problemas.’”

O 25 de Abril, vivido aos 16 anos, deu-lhe “momentos incríveis”. Depois inscreveu-se nos Grupos Dinamizadores de Unidade Popular criados em 1976, e depois na UEC, a

ID: 116639340

13-04-2025 | P2

FERNANDO VELUDO/INFACTOS



União dos Estudantes Comunistas.

Licenciou-se e especializou-se em “problemas comportamentais”. “E quando deixei de ser um jovenzinho, transferiram-me da UEC para o PCP, e pronto.”

Aos 25 anos integrou o Conselho Nacional da Fenprof, no congresso inaugural da federação. Em 1991 passou a coordenador do Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC). Muitos anos antes de ser nomeado secretário-geral já dirigia equipas negociais com os ministros Marçal Grilo (1995-1999) e Guilherme d'Oliveira Martins (2000).

Diz dele, Oliveira Martins: “Tive sempre uma relação aberta e franca quer com o Dr. Paulo Sucena quer com o Dr. Mário Nogueira e com os restantes parceiros sociais, como a Dr.ª Manuela Teixeira [secretária-geral durante 22 anos da outra grande federação de professores, a FNE], que já não está entre nós. Entendemo-nos bem porque nunca iludimos as diferenças e as convergências.”

No PCP, Nogueira nunca foi “dirigente de nada”. E acha que não é por ser do PCP que em 2007 sucede ao histórico Paulo Sucena. “Foi porque as pessoas me conheciam.”

Recusa, por isso, que seja condição para ser líder da Fenprof ser militante do partido. Mas não nega o papel do PCP na estrutura. A história fala por si: os chamados “Grupos de Estudo” tinham nascido em 1970, quando não havia sindicatos. Criados, como descreveu o investigador Rui Grácio, “nas fronteiras da legalidade”, debatiam as



condições para o exercício da profissão (o direito a reunirem-se, o pagamento de salário nas férias, a garantia de colocação...).

Muitos dos dinamizadores destes grupos irão fundar os primeiros sindicatos de professores no pós-25 de Abril, que, por sua vez, formam a Fenprof.

António Teodoro, que tinha forte presença no sector intelectual do PCP, torna-se o primeiro secretário-geral da federação. Sucedem-lhe Paulo Sucena, que chega a pertencer ao comité central do partido: “Temos que ter em mente que nos grupos de estudo, que deram origem aos sindicatos, havia uma presença forte de membros do PCP. E muitos deles deixaram marca nos sindicatos”, mas “a Fenprof sempre teve gente de todos os partidos”, explicava Sucena numa entrevista em 2019 ao *Diário de Notícias*. Nogueira diz o mesmo.

Em 2007 chega a secretário-geral, depois de derrotar uma lista concorrente. Em 2022 já não estava nos seus planos mais uma recandidatura. “Já tinha falado com o director da minha da escola [está nos quadros do Agrupamento Rainha Santa Isabel, em Coimbra] a dizer que ainda ia voltar.” Mas na expectativa de se resolver uma das mais relevantes batalhas da sua vida sindical, a recuperação do tempo de serviço congelado aos professores, avançou.

A lista única que vai a votos no próximo mês integra os dois adjuntos que o acompanharam de 2022 para cá (foi preciso na altura fazer uma alteração aos estatutos para prever a figura de adjunto): um é do PCP, o “outro não tem partido nenhum”.

“Trabalhamos bem juntos”, prossegue Nogueira, e optou-se por experimentar agora um modelo diferente. “Às vezes diz-se: ‘só há uma lista, pensam todos igual’, não! O mais difícil é construir uma lista de unidade, porque temos que integrar toda a gente.”

Falta ir a votos, mas tudo aponta para que ainda não seja desta que o PCP deixa de marcar presença no topo da federação.

### Os professores estão sempre em greve...

À medida que os compromissos sindicais apertavam, deixou de ter tempo para a Associação Académica de Coimbra, onde foi dirigente (secção de hóquei em patins). E passou a viver parte do tempo a conduzir de Norte para Sul e vice-versa. É aliás nas viagens que responde aos telefonemas que vai acumulando ao longo do dia – vive em

Coimbra, a sede da Fenprof é em Lisboa.

Foi também essa a razão, as viagens constantes, as reuniões em múltiplos fóruns, que o levou a organizar-se com os colegas sindicalistas (“os dirigentes sindicais têm direito a quatro dias por mês para reuniões”) para deixar de dar aulas. Porque entre as reuniões no ministério e todas as outras, justifica, acabava por ter de faltar muito. “Creio que foi o [então ministro] João Deus Pinheiro que propôs que se fizesse uma coisa: por cada grupo de cinco dirigentes, quatro prescindiam dos seus dias” para que um pudesse ficar atempo inteiro “e evitar que se faltasse tanto aos alunos”. “No início até fomos contra, mas para quem vive tão longe de Lisboa não há outra forma.” Noutros sindicatos, como o de Lisboa, mantêm-se a regra dos dirigentes continuarem a dar aulas.

O resto é conhecido. Vimo-lo ano após ano em protestos mais ou menos criativos, à cabeça de manifestações, a confrontar

“

Às vezes, é chegar às escolas na hora do intervalo e aproveitar aquele bocado enquanto o pessoal está a beber o café e a comer uma sandes, e dizer: ‘Colegas, ouçam lá!’ [bate as palmas]. ‘O que se está a passar é isto’  
Mário Nogueira

primeiros-ministros na rua e até a ensaiar novos registos como quando, em 2022, deu uma conferência de imprensa onde partiu pratos e usou mirlitos e laranjas para explicar como as regras da carreira desmoralizam quem trabalha para ser “excelente”.

Fá-lo com a segurança de quem não liga às críticas. Como a que diz que as sucessivas greves têm descredibilizado a escola pública e levado muitos pais a fugir para o privado. Não há greves a mais?

Nogueira diz que só pode responder pelas convocadas pela Fenprof. Acha que se fizeram apenas as que tinham que ser feitas, nos momentos em que fazia sentido para a luta dos professores. Mas lança uma farpa aos “outros” de quem diz nem saber o nome, que marcam greves à sexta-feira.

Mariana Carvalho, presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais, preferia que os muitos sindicatos que existem (“uns marcam greve para um dia, outros para outro dia”) se articulassem e que as regras da greve “fossem clarificadas”. Sim, já teve essa conversa com alguns, incluindo a Fenprof, com quem diz ter relações “cordiais e profícuas”, mesmo quando têm opiniões divergentes. “Mas tantas greves põem em causa aprendizagens e são os alunos mais vulneráveis os mais prejudicados.”

### Altas taxas de sindicalização

A educação é um sector onde o número de sindicalizados efectivos é tendencialmente superior à média. Hermes Augusto Costa, sociólogo da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais admite que será “superior a 30%, com destaque para a Fenprof e seus sindicatos”. A nível geral é inferior a 20%, diz, na casa dos 16%.

Outra característica deste movimento: existem dezenas de sindicatos. A este especialista em sindicalismo, parece, contudo, exagerado falar de “pulverização”, explica por escrito ao P2. Persiste aliás “alguma bipolarização, na linha do sindicalismo dual do cenário nacional: entre Fenprof (CGTP) e FNE (UGT)”.

Já a perpetuação das lideranças destas estruturas está longe de ser específica da educação. “O caso do líder sindical Mário Nogueira não é isolado. E há outros, noutros sectores, que, à medida que o tempo passa, parecem ser empurrados por uma ‘mão invisível’ que os faz continuar. No sector metalúrgico, o SIMA (um sindicato fundador da UGT) é um exemplo de uma perpetuação de liderança ao longo de décadas.”

“É curioso que, apesar dos referenciais ideológicos serem historicamente uma imagem de marca do sindicalismo e ao mesmo tempo um divisor de águas, a permanência das lideranças acaba por ficar algo imune a isso porque distintas ideologias sindicais foram sendo capazes de se perpetuar”, diz o sociólogo.

“Isto é, ainda que possa ser admissível argumentar que a manutenção das lideranças combativas (como sempre foi a da Fenprof) seja uma forma de perpetuar o genuíno espírito fundador do sindicalismo, assente no contrapoder, na prática, também os líderes mais apostados na formação de consensos se mantêm (cada acordo celebrado associam tendencialmente uma conquista e, portanto, um exemplo a seguir e perpetuar). Por exemplo, se olharmos para a FNE (representante de um

ID: 116639340

13-04-2025 | P2

sindicalismo dito de negociação) quase se observa um ‘empate técnico’ com o líder da Fenprof (Mário Nogueira): o anterior líder da FNE, João Dias da Silva, esteve na liderança quase duas décadas.”

O exemplo vem de cima: “Carvalho da Silva esteve 26 anos à frente da CGTP; João Prouença foi secretário-geral da UGT quase duas décadas.”

### O que interessa aos sindicatos

Nuno Crato, ministro entre 2011 e 2015, opta por responder por escrito ao pedido de um comentário feito pelo P2. Dá mesmo um título ao seu testemunho: “Há sindicatos e sindicatos”. Recorda um episódio para fazer passar a sua mensagem: “Há algum tempo fui convidado por um sindicato de professores do secundário da Catalunha para participar numa conferência sobre as dificuldades do ensino. Poderia pensar que a conferência se focaria nas carreiras e salários dos professores, na dimensão das turmas, ou noutros problemas que afectam os docentes e que têm, muitas vezes, repercussões gerais na qualidade do ensino. Eram questões desse tipo que habitualmente me colocavam quando ia à televisão enquanto ministro e que hoje me continuam a colocar quando me entrevistam. Mas não. A conferência centrava-se na qualidade de ensino, na qualidade e rigor do currículo, na necessidade de avaliação externa estandardizada, na exigência necessária nos materiais escolares. E o que queriam saber de mim era por que razão Portugal tinha subido tanto nas avaliações internacionais entre 2003 e 2015 e por que tinha descido tanto de 2016 para cá.”

Um ano depois, prossegue Crato, “quando publiquei em castelhano um livro sobre a importância dos manuais escolares – livro que em breve vai sair também em Portugal –, convidaram-me de novo. A preocupação dos sindicalistas presentes era a melhoria da exigência dos manuais. Não há motivo para surpresa. Os professores trabalham para os alunos. O progresso destes é a sua razão de ser.”

### Confronto

Mário Nogueira confronta o secretário de Estado da Administração Educativa José Manuel Canavarro, em Setembro de 2004, ainda como o líder do SPRC



Isabel Alcáda opta por outra abordagem: “A função do sindicato é tratar de questões laborais, para outras questões temos as associações de professores.” Sem prejuízo de “as questões laborais poderem ter impacto nas questões pedagógicas.”

Certo é que o sindicalismo tem mudado. A chegada de um jovem sindicato, o Stop, que nos últimos anos organizou protestos com forte impacto, não passa despercebida. “Não deixa de ser visto como uma forma de criticar os ‘mesmos’ do costume”, diz Hermes Costa. “Mas isso não significa necessariamente que as novas investidas de novas estruturas sindicais sejam mais capazes. Serão, porventura, mais audazes no modo como maximizam novas tecnologias e redes sociais, mas serão, porventura, também mais populistas.”

Para que o sindicalismo não seja apelidado de “jurássico”, não só no plano das ideias como no plano das práticas, o que era realmente importante era incorporar mais jovens. E mulheres. E diversificar temas. É preciso ser criativo. Mas não é uma tarefa fácil, tendo em conta “a precariedade que as gerações mais jovens vivenciam”.

Nogueira está atento. “Temos mesmo um departamento de jovens professores. Vamos às escolas superiores de educação, explicamos como é que se concorre para dar aulas, como são os concursos, como é que vai ser a carreira.” Nos últimos anos, este trabalho tem dado frutos: “Aumentámos mil associados desde o último congresso. Temos muitos jovens sindicalizados.”

A Fenprof também está “nas redes sociais, está no X, tudo isso...” Mas, insiste, o que verdadeiramente mobiliza as pessoas é o contacto pessoal. “Às vezes, é chegarmos às escolas na hora do intervalo e aproveitar aquele bocado enquanto o pessoal está a beber o café e a comer uma sandes, e dizer: ‘Colegas, ouçam lá!’ [bate as palmas duas vezes]. ‘O que se está a passar é isto.’ Isso não mudou.

Quanto à necessidade de diversificar temas, há um, para já, essencial: recuperar “o maior número possível dos 15 mil professores que abandonaram a profissão”, fazê-los regressar às escolas, onde tanta falta fazem. Ele já não estará. Nem na escola, nem na direcção da Fenprof. Passa o testemunho, mas continuará presidente da mesa da Assembleia Geral do SPRC e garante que não deixará de acompanhar a “sua” federação.



Juntos Manifestação de professores em Lisboa, no dia 11 de Fevereiro de 2023; terá sido o maior

# Breve história de grandes “batalhas” na Educação

**Cronologia** Acabar com a divisão da carreira, evitar que cinco mil professores fossem para a requalificação e a contagem do tempo de serviço, são as três “vitórias dos professores” que Mário Nogueira destaca

Por **Andreia Sanches**

ID: 116639340

13-04-2025 | P2



protesto de sempre dos professores

### 1990 O primeiro Estatuto dos professores, velha reivindicação

Roberto Carneiro é ministro da Educação de Cavaco Silva quando, em 1990, é aprovado o primeiro Estatuto da Carreira Docente (ECD), velha reivindicação dos sindicatos. A Federação Nacional de Professores (Fenprof) – criada em 1983, um ano depois do surgimento da Federação Nacional dos Sindicatos de Professores, hoje Federação Nacional da Educação (FNE) – participa nas negociações e saúda o ECD, mas manifesta o seu desacordo com a existência de uma prova de candidatura que limita administrativamente a progressão a meio da carreira. Numa entrevista à Lusa a propósito dos 40 anos da Fenprof, que se assinalaram em 2023, Mário Nogueira diz que “a lei de bases do sistema educativo, em 1986, e o ECD, em 1990, com uma greve de 13 dias nos meses que antecederam a sua aprovação, são os dois primeiros grandes diplomas em que vê reflectido o impacto da Fenprof”.

### 1992-1995 A luta pelo tempo de serviço

Um dos temas que marcam a governação de Cavaco Silva é a contagem do tempo de serviço que tinha sido perdido na transição para uma nova estrutura da carreira. Palavra de ordem: “O tempo de serviço não se negocia, conta-se.” Outros temas que mobilizam os professores: a revisão da tabela salarial de 1990 e também a realização de uma prova de candidatura,

que consistia na defesa de um trabalho académico, como requisito obrigatório para a passagem ao 8.º escalão da carreira docente. Após quatro dias de greve às avaliações do 2.º período em 1992 o Governo recua na questão dos salários. Este é também o momento de uma longa greve de 100 dias às horas extraordinárias. “Tempo necessário para que Manuela Ferreira Leite percebesse que não podia inventar fórmulas de cálculo baseadas nas 35 horas semanais, pois isso fazia com que os professores recebessem menos de 38% do que estava legalmente consagrado”, lê-se numa nota do Sindicato dos Professores do Norte, que faz o balanço desses anos de reivindicações.

### 1998 Carreira mais curta e ajustes salariais. “Ou há Acordo, ou há Greve”

Depois de em 1997 se dedicar à luta pela vinculação dos professores contratados com envio de postais ao ministério liderado por Marçal Grilo (primeiro Governo de António Guterres), em Janeiro de 1998 a Fenprof assina um acordo com o Executivo que garante a vinculação de 15.000 docentes. Seguem-se outras batalhas. Havia dois anos que os sindicatos negociavam a revisão do ECD, um tempo marcado por greves, manifestações, concentrações, abaixo-assinados. “Ou há Acordo, ou há Greve”, lê-se nos cartazes. A Fenprof e a FNE juntam forças. A 11 de Dezembro de 1998, Ministério e sindicatos, incluindo a Fenprof (então liderada por Paulo Sucena) chegam a acordo para a revisão do ECD: a duração da carreira será gradualmente encurtada para 26 anos e os índices remuneratórios são reajustados.

### 2005-2009 A explosão contra as propostas de Maria de Lurdes Rodrigues

Logo em 2005, depois de o Governo liderado por José Sócrates ter anunciado o congelamento da carreira de “todos os funcionários, agentes e demais servidores do Estado”, os professores realizam quatro dias de greve em Junho, que coincidem com os exames nacionais do 9.º e 12.º ano. A partir de 2006 o centro da contestação volta a ser uma nova revisão do ECD, que dividia os professores em duas categorias – titulares e não titulares –, que previa uma “entrada na profissão docente” mais selectiva, uma progressão na carreira dependente de uma avaliação anual e não apenas de quatro em quatro anos, e um novo modelo de avaliação, com aulas observadas e classificações a reflectirem também os resultados dos alunos e ponderação das opiniões dos pais das crianças. O clima torna-se progressivamente mais tenso. Assistem-se às maiores manifestações de professores em 2007, 2008 e 2009 vistas até então. No meio da guerra, em 2007, a Fenprof escolhe Mário Nogueira como novo secretário-geral, depois de 13 anos de liderança de Paulo Sucena.

### 2010 Um acordo histórico que levou 14 horas a alcançar

As negociações para a revisão do ECD de 2007 e do modelo de avaliação dos docentes são iniciadas em Novembro de

2009, pouco depois de Isabel Alçada tomar posse como ministra da Educação do segundo Governo de José Sócrates. Era consensual que era preciso trazer alguma paz ao clima que se vivera nos últimos anos e que afectara grandemente as relações entre os professores e o Governo. Em Janeiro de 2010, depois de 14 horas de negociação, a maioria dos sindicatos assina um acordo com a ministra Isabel Alçada. Incluindo a Fenprof – “Já tínhamos saudades de uma boa negociação. Há quatro anos e meio que não sabíamos o que era isso”, disse Mário Nogueira no final. Cai a divisão entre professores que Maria de Lurdes Rodrigues consagrara no ECD. Simplifica-se o modelo de avaliação e milhares de professores são dispensados de fazer provas de ingresso na carreira, desde que tivessem uma avaliação positiva.

### 2013-2015 A guerra da prova de acesso à profissão

Um novo regime de mobilidade especial que, pela primeira vez, abrangeria também a classe docente leva os professores à greve em plena época de exames nacionais – os professores sem componente lectiva atribuída podiam ser colocados noutras funções e ao fim de três anos podiam perder o vínculo, o que os sindicatos consideram inaceitável. A Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (a célebre PACC), sem a qual os professores contratados não poderiam ser colocados em nenhuma escola, esteve depois no centro de outra guerra – os sindicatos recusavam qualquer tipo de teste, que estava previsto desde 2007 (Governo PS) mas nunca tinha sido aplicado, até 2014, com Nuno Crato como ministro e Passos Coelho primeiro-ministro. Ministério e UGT chegam a acordo para dispensar da prova professores contratados com cinco ou mais anos de serviço. A Fenprof não desarma, convoca greves, leva o assunto aos tribunais, diz que a PACC viola a Constituição. “Não passa de uma praxe com que o MEC quer achincalhar e humilhar os professores”, defende Nogueira. A PACC acabará por morrer. A mobilidade especial também.

### 2017 A importância de um “de” no futuro dos professores

Das eleições de 2015 nasce a “geringonça”, aliança parlamentar entre o PS e o BE, o PCP e o PEV. António Costa é primeiro-ministro e Tiago Brandão Rodrigues ministro da Educação. A paz com os sindicatos que marca o arranque do novo Governo não dura muito por causa da questão da contagem do tempo de serviço que esteve congelado durante a *troika*. Já com o lastro de uma greve nacional, em Novembro de 2017, após três dias de rondas negociais, os sindicatos conseguem ter um compromisso por parte do Governo de que o tempo de serviço prestado durante o período de congelamento das carreiras seria contado para efeitos de progressão. Nogueira conta que “a maior guerra de todas” foi a de conseguir substituir um “de” por “o”. O Governo pretendia que se inscrevesse no texto do compromisso a expressão “recuperação de tempo de serviço”, o que tanto poderia significar três meses ou quatro anos, mas os sindicatos conseguem que a expressão que fica seja a

de “recuperar o tempo de serviço”, o que permitirá aos docentes continuar a insistir nos nove anos.

### 2018-2019 A crise política dos “9 anos, 4 meses, 2 dias”

Em 2018 o Executivo aprova um decreto-lei que define que os professores vão recuperar dois anos, nove meses e 18 dias do tempo de serviço efectuado. Os sindicatos exigem a recuperação de nove anos, quatro meses e dois dias. Mário Nogueira faz uma espera ao primeiro-ministro António Costa e discutem o assunto, à frente das câmaras de televisão. Diz que não vai desistir. Em 2019, a 2 de Maio, o Parlamento aprova em reunião da Comissão de Educação a recuperação integral do tempo de serviço dos professores com votos favoráveis do PSD, CDS, BE e PCP. No dia seguinte, o Governo reúne de emergência e Costa admite demitir-se se a lei for avançada. A direita recua na sua posição e a esquerda recusa viabilizar a alínea sobre sustentabilidade de contas públicas de que CDS e PSD não abdicam para o projecto passar. Mário Nogueira apela ao seu partido, o PCP, que se abstenha porque o essencial é a recuperação, depois logo se vê como, mas não é ouvido e fica magoado. “Quando se aceita estar numa vida mais pública, consegue-se muitas vezes viver com os insultos e ataques que muitas vezes vêm de onde já se espera. Não é isso que mata. O que mói é quando vêm de pessoas mais próximas, como o meu camarada Carlos Carvalhas.” Carvalhas dissera que só o “desespero” podia levar Nogueira a apelar ao PCP que se abstivesse.

### 2023 “A maior manifestação”

A Fenprof diz que é “a maior manifestação de sempre de professores” e estima em 150 mil o número de participantes. “Não contávamos com aquilo”, reconhece Nogueira. Foi num sábado, 11 de Fevereiro, em Lisboa, e juntou vários sindicatos de diferentes filiações, incluindo a FNE. A grande reivindicação é a recuperação do tempo de serviço. João Costa é o ministro da Educação.

### 2024 Por fim, a recuperação do tempo de serviço

Depois de anos de braço-de-ferro, de muitas greves e manifestações, Fernando Alexandre (Governo de Luís Montenegro) lidera a equipa negocial que chega a acordo com sete das 12 estruturas sindicais representantes dos docentes sobre a recuperação do tempo de serviço dos professores, com uma proposta que prevê a devolução total do tempo até 2027, à razão de 25% ao ano. A Fenprof não assina o acordo porque “o texto é discriminatório: exclui docentes; recupera tempos diferentes para quem perdeu o mesmo tempo; gera desigualdades”, escreve Nogueira num artigo de opinião no PÚBLICO. Acusa ainda Fernando Alexandre de proferir “declarações execráveis”: no dia do acordo com os restantes sindicatos o ministro disse que “a Fenprof tem uma agenda muito própria”, que “nunca fez parte da solução” e duvidou “de que a educação seja, de facto, a grande preocupação” da estrutura sindical.

# Público P2



**Mário Nogueira**  
As guerras de um negociador “teimoso” que sabia sempre a lição de cor  
P4 a 9

# Público

## Mário Nogueira O mais antigo líder da Fenprof já não regressa à escola

P2

